

DIA 18/02/2025

Reunião com SOF (12h às 13h)

1) Auxílio saúde – reajuste

- 6,92% escalonado por idade, a partir de fevereiro/25, sendo a divisão total a depender de cálculo estatístico.
- Não há previsão de reembolso mediante comprobatório. A ideia é usar um sistema informatizado para envio do comprovante. Lembrando que a comprovação é uma exigência do CNJ.

2) Dinheiro para as terceirizações: A terceirização é uma das possibilidades para resolver o problema da devolução dos requisitados.

- Passos que já foram dados, com relação ao orçamento: a partir de janeiro foi feito o fim do contrato com os estagiários de ensino superior. Com esse dinheiro, é possível fazer a contratação inicial de 124 auxiliares (terceirizados) - em torno de 3,5 milhões de reais. Licitação para esses 124 auxiliares já está em andamento.
- Há um estudo para a contratação de aproximadamente 800 terceirizados, mas não há dinheiro suficiente no TRESP. Foi encaminhado um pedido de orçamento para o TSE. Esse pedido está em estudo na SGP do TSE.
- O recurso do estagiário de ensino superior será usado para o terceirizado, não havendo, nesses moldes de orçamento, a possibilidade de contratação de estagiário de ensino superior.

3) Umidificadores de ar para os cartórios eleitorais: COAS entende que precisa fazer um estudo in loco para ver se é a melhor opção.

4) Dinheiro para novas assunções de cartórios: previsão de mais 10 unidades para 2025.

Reunião com SGP (13h às 14:30)

1) Força de trabalho e manutenção dos requisitados:

1.1) Resposta urgente ao SEI nº 0052955-95.2024.6.26.8000.

- O grande problema é o TCU. Não há volta para a questão da requisição.
- A terceirização é uma das soluções que a CFT está buscando para amenizar a situação da devolução dos requisitados.
- 1085 servidores requisitados vão retornar em julho.
- A CFT vai mostrar um pacote de propostas ao DG. Soluções para a força de trabalho: cartórios virtuais, importação de biometria, assunção dos cartórios eleitorais.
- Processo seletivo em junho (previsão) para 2 novos cartórios virtuais.
- Dificuldades para novas requisições: O Juiz Eleitoral pode encaminhar ofício ao TRESP solicitando que o TRESP oficie as Prefeituras. O Tribunal pode intermediar essas situações.

1.2) Foco na qualidade do atendimento ao eleitor, impossibilidade de atender apenas os eleitores agendados.

1.3) Devolução dos requisitados (Estaduais e Municipais) com a garantia de que os mesmos requisitados voltem após 1 ano.

- Não há essa garantia, em razão do princípio da impessoalidade.

2) Quantidade de servidores no recesso

Falta de servidores no recesso de janeiro.

- Necessidade de fazer estudo para quantificar as Zonas Eleitorais que precisam de mais servidores no recesso de janeiro.

3) Prazo maior para a realização dos cursos EAD

- Ideia de deixar os cursos sem prazo de realização. Há data de fechamento por causa dos certificados e da tutoria.

4) Estagiários de ensino médio – continuidade

- A CFT já emitiu opinião de continuidade dos estagiários de ensino médio.
- Proposta de fazer mais editais de contratação de estagiários de ensino médio, 3 ou 4 por ano.

5) Formalização da mão de obra da Legião Mirim – jovem aprendiz (promoção de parcerias com as prefeituras, promoção de cidadania e inclusão)

- Já teve um estudo sobre o assunto, mas no momento é inviável dar continuidade no estudo por causa da ausência de força de trabalho na SGP.
- A força de trabalho dos jovens aprendizes também contaria com os egressos de medidas socioeducativas.
- SEI 002728322.2023 - estudo sobre os jovens aprendizes.

6) DFT – as Zonas Eleitorais têm dificuldade de entender o escopo do DFT. Proposta de que a SEFORT faça uma explanação clara sobre os objetivos da colheita de dados.

Automatização da coleta de dados

- Intenção de que o TSE lidere a automatização do sistema.
- 70 ZEs não entregaram o DFT no prazo.
- O DFT é do TSE e não será descontinuado.
- Haverá um workshop sobre os objetivos do DFT.

7) Pedido de 3ª vaga para todos os cartórios eleitorais

- Não tem pessoal. A Secretaria tem mais claro de lotação do que nos cartórios eleitorais.
- Pode haver uma proposta de 3ª vaga, mas não para todos os cartórios.
- O ideal é a 3ª vaga para todos os cartórios, mas é impossível no momento.

8) Sistema de comprovação do auxílio saúde

- Fase de estudos e **tentativa** de aproveitamento do sistema do TRERJ. A SGP irá em uma reunião no TRERJ para verificar esse sistema e sua compatibilidade com o TRESP.
- Haverá a Portaria adequando os requisitos da Resolução 294/2019 do CNJ, mas com previsão expressa de que a comprovação será apenas após implementação de sistema informatizado.

Reunião com SEPLAN (15h às 16:30)

- 1) Desafio no período eleitoral – centralização da comunicação oficial
 - Portal das eleições - centralização das informações
 - Proposta: LD 247 interior.

- 2) Jovem aprendiz - SEI 002728322.2023 - possibilidade de continuação do estudo
 - Não há óbices por parte da SEPLAN, desde que não haja critérios discriminatórios

- 3) Apresentação do resultado da pesquisa com os cartórios sobre o 4º encontro da Justiça Eleitoral.

- 4) Apresentação da minuta do novo formulário de vistoria de local de votação
 - O formulário foi pensado para simplificar.
 - Sugestão de abordar a questão da ventilação no formulário. A SEPLAN considera que pode ser extrapolar as competências da JE, pois não se trata de questão de acessibilidade. Sem prejuízo de identificação de problemas e tratamento para a situação específica.
 - Sugestão de incluir no formulário a quantidade total de salas no local, acessíveis e não acessíveis, utilizadas e não utilizadas - SEPLAN informou que vai colocar.

DIA 19/02/2025

Reunião com SGS (12h às 12:30)

- 1) Terceirização da Limpeza – Limpatec (reunião com SGS)
Melhor fiscalização, especialmente diante dos últimos acontecimentos com relação a pagamentos, auxílios etc.
 - O problema da limpeza não é a fiscalização do contrato. São 3 empresas de limpeza do interior e apenas 1 dá problema, provando que não é a fiscalização o problema. O problema é a empresa. O que acontece é que não é um problema com a empresa que causa a rescisão. O TRESP já realizou 2 reuniões com a empresa e continua em cima da empresa.
 - Esse mês os funcionários foram pagos (salário e benefícios). A fiscalização está bem atenta ao caso.
 - Se houver uma rescisão contratual (procedimento que demora aproximadamente 1 mês), o TRESP tentará suprir esse serviço nos cartórios do interior (faxina 1 vez no mês, possibilidade de que alguma das outras 2 empresas supra a limpeza da limpatec, etc.).
 - **O Secretário informa que qualquer problema com a empresa DEVE ser reportado para a fiscalização imediatamente.** Os Chefes de Cartório devem entrar em contato **diretamente** com a fiscalização.
 - O contrato com as empresas de limpeza tem vigência de 1 ano, prorrogável por 10 anos. O contrato foi prorrogado até 2026.

Reunião com SAM (12:30 às 13h)

- 1) Aquisição de fragmentadora e mais câmeras com microfone integrado para atendimento ao balcão virtual e teletrabalho
 - Fragmentadora: problema com a empresa licitada, que não cumpriu o contrato e não entregou o material.
 - A digitalização dos serviços dificulta o convencimento da administração da necessidade da fragmentadora.
 - Conselho irá fazer uma manifestação solicitando a retomada da aquisição. Foi lembrado a importância da fragmentadora com relação à LGPD.
 - SEI da licitação da fragmentadora: 0001448-47.2014.6.26.8000
 - Câmeras: O pedido deve ser feito à STI (equipamento de informática) - o processamento na SAM é possível. **STI informa que tem previsão para mais 2 câmeras - para 2026.**

- 2) Processo de licitação dos terceirizados dos cartórios: sem previsão. Um projeto de licitação desse tamanho requer, aproximadamente, 5 meses.
 - Foi solicitado prioridade nesse processo quando chegar na SAM.

- 3) Otimização do controle patrimonial e da requisição de materiais – sistema de conferência
 - Há uma licitação para contratação de empresa para fazer sistema e esses sistemas serão desenvolvidos por essa empresa.

Reunião com STI (13h às 14h)

- 1) Criação de sistema de busca na intranet
 - Estão avaliando uma ferramenta de busca na intranet - é uma ferramenta *open source* (Buscador TRESP) que está sendo avaliado e testado. Foi apresentado ao conselho o buscador.
 - A página inicial será reformulada até meados do ano. Novo layout, novas informações.

- 2) Informação da STI: Estamos em vias de implementação de inteligência artificial junto com o Google Workspace.

- 3) Criação de e-mail para os Juízos da Garantia
 - Apresentadas as necessidades de separação dos e-mail encaminhados pelas Zonas Eleitorais dos e-mails encaminhados pelos Juízos da Garantia.
 - Proposta de fazer um grupo no workspace com a denominação dos Juízos da Garantia. Funciona como um e-mail, mas não está associado a outros produtos do Google. A ferramenta será testada e, se aprovada, será implementada.

- 4) Otimização do sistema de requisição de materiais - andamento
 - Previsão de conclusão do sistema - solmat - é para julho de 2025. Esse sistema irá reunir as funcionalidades de diversos outros sistemas, inclusive requisição de material.

- 5) Pedido de uma otimização dos Direitos Políticos recebidos pelo TJ (certidões por e-mail em formato PDF)

- Tendo em vista a dificuldade do INFODIP (sistema do TJ não é compatível), foi levantada a possibilidade de fazer análise de viabilidade técnica de um sistema de reconhecimento óptico, para filtrar as informações e facilitar o lançamento no ELO.

Reunião com CRE (15:30 às 17h)

1) Desburocratização e otimização das atividades dos cartórios eleitorais (reunião com a CRE)

1.1) Autuação de processo de mesário faltoso – desnecessidade

- Questão do mesário servidor público; Não é possível extinguir completamente o processo de mesário faltoso, mas a ideia da CRE é comunicar a CGE da diminuição do uso dessa classe processual, otimizando o procedimento de mesário faltoso.
- A automação do ASE tornou o processo desnecessário

1.2) Otimização da comunicação de direitos políticos

1.2.1) INFODIP e criação de sistema de reconhecimento óptico dos dados que chegam por e-mail do TJ

- O TJ retomou a comunicação com o TRE/SP sobre o uso do INFODIP.
- Foi solicitado que a CRESA informasse aos cartórios o andamento do tratamento com o TJSP sobre o INFODIP.
- Proposta da STI de usar a inteligência artificial para filtrar os dados. CRE fará uma solicitação para testar a ferramenta.

1.3) Possibilidade de fazer as declarações de conclusão de curso presencial de mesário em aplicativo do Google que funciona como uma “mala direta”, com uma assinatura eletrônica. CRE, a princípio, não viu óbices, mas solicitou um pedido formal porque é necessário consultar a STI para saber se essa ferramenta está disponível no pacote do Google contratado pelo TRESP.

DIA 20/02/2025

Reunião com ACE (12:30 às 13:40)

1) Assunção dos cartórios – atualização da situação

- A assunção, neste momento, está priorizando as situações dramáticas dos cartórios eleitorais - alagamentos, ordens de despejo, falta de banheiros, etc.
- A junção dos cartórios vem no sentido de otimizar a força de trabalho.
- A junção das ZEs são as assunções mais complexas, pela dificuldade de encontrar prédios que abriguem diversas zonas e sejam adequados para os trabalhos (tempo médio de 1 ano a 1 ano e 6 meses). Mas mesmo as Zonas Eleitorais isoladas demoram para concluir o projeto de assunção (a conclusão mais rápida foi de 7 meses).
- 2025 - 10 municípios que terão prioridade para assunção. Os demais municípios dos ciclos 1 e 2 continuarão com os projetos em andamento.
- Previsão de fim dos ciclos 1 e 2 e início do ciclo 3 - os ciclos foram pensados de início, no entanto as situações críticas acabaram se tornando prioridades e a ideia hoje é rever esses ciclos.
- A assunção veio para salvar os casos mais graves e pensando na força de trabalho do TRESP.

- Junção, por enquanto, como prioritário, apenas Ribeirão Preto.
- A minuta da Portaria que institui e regulamenta a Política de Assunção dos cartórios eleitorais do interior pelo TRESP e a reorganização das serventias eleitorais nos casos de junção física de zonas eleitorais está em tramitação no SEI 0052369-58.2024.6.26.8000
- A mudança eventual de imóvel de ZEs que seja promovida pelas Prefeituras continua permitida, não ficou vedada por causa da assunção. Quem tiver bom relacionamento com a Prefeitura deve continuar as negociações, fazendo valer os acordos de cooperação que seguem vigentes.

Reunião com a Presidência (13:40 às 14h)

- 1) Pós graduação da EJEP online - Participação da Coordenadora da EJEP (Vanessa).
 - Contexto: A EJEP tem corpo diretivo próprio. A EJEP foi criada em 2003 e sempre teve o formato de aula presencial, possui um convênio com a EPM.
 - A pós da EJEP é aprovada pelo Conselho Regional de Educação e é aprovada para a pós presencial. Não há aprovação para a pós online, tem que ser feita toda uma documentação para conseguir essa aprovação.
 - Hoje a pós está em sua 8ª edição, presencial.
 - Durante a pandemia a pós foi transformada em pós à distância, mas foi em razão do contexto da pandemia. O 5º e 6º curso da pós foram feitos online. Após a pandemia, o formato, obrigatoriamente, voltou para o presencial.
 - O Conselho Regional de Educação possibilita, nos moldes aprovados,, que apenas 20% das atividades do curso da pós seja à distância. É obrigatória a participação presencial. Exclusivamente à distância não é possível. O que algumas instituições fazem é dividir as atividades presenciais em polos regionalizados.
 - O curso exclusivamente à distância precisa ser credenciado pelo MEC e após a aprovação do curso pelo MEC. **A EJEP está trabalhando nisso neste momento.** Essa pós **não seria em Direito Eleitoral, e sim, muito provavelmente, em gestão pública.**
 - Para que esse planejamento siga tramitando é preciso construir um plano, um projeto político pedagógico e estrutura do curso. Para essa pós não haveria a parceria da EPM, toda a administração seria da EJEP. A EJEP está trabalhando para a implementação dessa pós online.

Reunião com DG (14h)

- 1) Postos de atendimento – clareza e transparência com os Servidores lotados nos postos
 - A questão dos postos é uma tendência natural de aperfeiçoamento dos trabalhos.
 - A questão vem desde 2021, no período de pandemia. Nesse período foi feita uma Portaria que trata de diversos assuntos para otimizar as tarefas cartorárias. Manual de atendimento ao cidadão, assunção dos cartórios, padronização de horário de atendimento etc.
 - A gestão do TRESP está preocupada em encontrar uma melhor efetividade do serviço público.
 - O atendimento do público, pós pandemia diminuiu bastante, não havendo mais a necessidade dos postos de atendimento nos moldes em que estão.

- DG deixa claro que o objetivo dele é convencer o TSE a não coletar a biometria nos cartórios.
- Os servidores dos postos de atendimento irão integrar a força de trabalho de zonas eleitorais.
- Dentro do possível, os servidores serão preservados no sentido de poderem escolher a Zona Eleitoral que irão trabalhar, pensando na melhor qualidade de vida do Servidor. Os interesses privados, no entanto, não podem ficar acima dos interesses públicos.
- Prazo para o fim dos postos: informalmente está alinhado com a devolução em massa dos requisitados - 30/06.

2) Valorização do CRCE

- O DG é completamente a favor da valorização do CRCE.
- A AACE também ficará responsável por fomentar essa valorização.
- Regulamentação do CRCE: DG deixa claro a intenção de normatizar o CRCE. Uma regulamentação tratando sobre o papel do CRCE, deliberações, aprovação das demandas etc.

3) Requisitados

- **Não há, hoje, um movimento qualquer, de nenhum regional ou do TSE, de prorrogar a requisição.** O TSE entende que uma nova prorrogação seria uma afronta ao TCU.
- De 2020 para os tempos atuais a JE está sendo provocada a analisar o modelo de atendimento ao público e dependência com a administração dos municípios.
- A decisão é do TSE e não há sinalização no sentido da prorrogação.
- A terceirização é um paliativo para a situação atual. Não é uma substituição aos requisitados.
- As ZEs terão que se reorganizar em sua forma de trabalho.

4) 3ª vaga em todos os cartórios eleitorais

- DG entende que não há essa necessidade, especialmente diante da junção das Zonas Eleitorais. As ZEs devem trabalhar juntas, os servidores devem se ajudar.

5) Cartório Virtual

- Colocado como uma das melhores decisões da administração. Vem como resposta a diminuta força de trabalho.